

Lucio Flavio Pinto

4468 O futuro

O Partido dos Trabalhadores substituiu, ontem, a Docegeo como inimigo público número um dos garimpeiros. A liderança do PT estava se recusando a assinar o acordo de lideranças para possibilitar uma tramitação ultra-rápida do projeto de lei do governo, que desmembra a jazida de ouro de Serra Pelada.

Segundo porta-vozes dos garimpeiros, a relutância do PT resultava de interesses políticos sobre o garimpo: o partido já estaria comprometido com um dos grupos que disputa o controle da área. Mas ainda que realmente houvesse tal interferência política, não faltariam motivos para qualquer dos partidos exigir mais informações a fim de orientar sua posição sobre a complexa questão. Assim, evitaria ser manobrado por conta do açodamento imposto à apreciação do Legislativo.

O Congresso foi, de certa forma, surpreendido pela remessa do projeto-de-lei quando um decreto do Executivo teria competência para resolver o problema. O governo só não recorreu a esse instrumento usual porque queria dividir responsabilidades: transferiu a decisão para um legislativo mal informado, sem subsidiá-lo de toda a base documental acumulada pela administração federal ao longo de quatro anos de gerência em Serra Pelada. Nada mais natural, portanto, que alguém mais exigente queira informar-se.

O endosso do Congresso era importante para que o governo não assumisse publicamente o ônus de indenizar a Companhia Vale do Rio Doce pelo retalhamento de sua concessão de lavra. Nos termos legais em vigor, a CVRD tem que ser ressarcida dos prejuízos que sofrerá por ter sido impedida de explorar a jazida. O governo sabe que, decidindo diretamente a indenização, estaria exposto a críticas. E se, ao contrário, a abolisse, poderia tornar-se réu em questionamentos judiciais por parte dos acionistas minoritários da CVRD.

Não surpreende que o líder do PMDB, Freitas Nobre, embora sem maiores informações sobre o assunto, tenha se recusado a aceitar pacificamente a obrigatoriedade de indenizar a Vale. Desta vez, serão 7,7 milhões de ORTN's. Mas o valor aumentará se, dentro de dois anos, os garimpeiros quiserem continuar cavando além da cota de 190 metros do nível do mar, que foi o limite estabelecido pelo projeto do governo. Mas todos sabem que quando tiverem esgotado a faixa de 20 metros, os garimpeiros vão repetir a campanha e exigir o prosseguimento até o fim. Não estão pensando apenas em 20 metros. Querem toda a jazida, de vez.

Por isso, o lobby dos garimpeiros deverá propor, hoje, duas modificações ao projeto do governo. Uma pretende transferir a supervisão, coordenação e controle do garimpo, entregue ao DNPM, para a cooperativa dos próprios garimpeiros. Assim, após o rebaixamento,

a divisão das "catas" será efetuada pela cooperativa, um "detalhe" importantíssimo para o futuro. Esta modificação deslocará o poder. Mas outra emenda manteria o pesado encargo de rebaixar os barrancos sobre os ombros do governo. Não há novidade nesse tipo de manobra, que privatiza os lucros e socializa o ônus. A originalidade consiste em que, copiada das grandes corporações, ela está sendo usada agora por um grupo social geralmente identificado com o trabalho e não com o capital. Identificação real em alguns garimpos, capenga em Serra Pelada.

Devidamente alterado (ou adulterado?), o projeto do governo induzirá uma nova situação, caso as emendas se formalizem e sejam aprovadas, o que a pressa exigida facilitará. O controle do garimpo será entregue a uma cooperativa que ainda não está criada legalmente. O Incra até agora não aprovou o pedido porque a cooperativa não dispõe de uma área de concessão. O DNPM não pode dar a concessão porque o Incra não oficializou a cooperativa.

A lei, quando aprovada, eliminará este círculo aparentemente vicioso, outorgando a jazida desmembrada à cooperativa. Só restará ao DNPM dar seu endosso, cumprindo a nova lei. Sagaz e sofisticada forma de pirataria mineral, que será subsidiada pelo tesouro nacional caso o lobby dos garimpeiros obrigue a União a assumir os custos do rebaixamento.

É claro que a multiplicação dos garimpos e a dinâmica que a acompanha exigem uma revisão do Código de Mineração para reequilibrar a retaguarda jurídica, que privilegia apenas a empresa e dá prioridade à agilidade administrativa (capaz de arrancar alvarás do governo) sobre a descoberta efetiva de minas. Mas o projeto que a Câmara discutirá hoje é toda a marginalia antecedente em nada beneficiam o garimpo enquanto instituição e os garimpeiros como categoria social porque todas as medidas restringem-se a Serra Pelada. Nenhum dos benefícios e nem mesmo a original situação ali criada, combinando garimpo puro com o uso de máquinas (além da infraestrutura, que só é montada em apoio a minas), foram estendidos a esta vasta e caótica frente de miseráveis e (quase sempre) iludidos faiscadores de riquezas.

Serra Pelada tem sido um gueto, um gueto de muito mais coisas que pode imaginar, no momento, a opinião pública. A receita propiciada pelo garimpo no ano passado foi duas vezes superior à arrecadação do Estado. É uma grandeza que não pode ser minimizada. Mas o brilho desse número tem ofuscado uma percepção serena e real, o que não é de admirar: importante no passado e no presente, Serra Pelada terá um papel ainda mais decisivo no futuro, se subsistir tal como está organizada hoje. Dentro de dois anos, por exemplo. Os interesses já convergem para 1986.